

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A 8 de Maio de 1945, terminava a 2ª Guerra Mundial. Mais de 50 milhões de mortos, uma imensidão de sofrimento e de destruição, impossível de determinar, varreu o velho continente.

Apenas à distância de duas décadas do começo do conflito, terminara a Grande Guerra. Nem os 19 milhões de mortos, nem todos os seus horrores foram suficientes para evitar o ressurgimento na Europa de um conflito ainda mais trágico.

A Europa parecia não descobrir os argumentos para derrotar a guerra, construir a paz, e dar Prosperidade aos seus povos.

Mas, Jean Monnet encontrou esse argumento poderoso.

Quando no dia seguinte às comemorações que assinalavam cinco anos do final da Guerra, Robert Schuman, na sua declaração dirigida à França e à Alemanha, mas também aos outros países da Europa, aponta a necessidade de existir “em primeiro lugar, uma solidariedade de facto” para construir uma paz duradoura e um futuro próspero, desvendou-o efectivamente.

Desde então a solidariedade e a partilha entre os povos, no respeito pela sua diversidade, foram construindo, com pequenos passos concretos, como também então se predizia, esta Europa que somos.

Neste processo contínuo de construção, novos tempos e novas realidades fizeram emergir entretanto novos desafios, novas oportunidades e novos problemas.

Hoje, mais do que nunca, são precisas de novo a visão e a coragem dos nossos fundadores, face à complexidade e à encruzilhada em que nos encontramos.

Milhões de pessoas no Mundo, estão a perder os seus empregos e as suas casas. Muitos outros, sentem a ameaça permanente de perder os seus empregos e as suas poupanças. O número de pobres aumentou assustadoramente desde que a actual crise começou.

Temos por isso a obrigação de nos recusarmos a assistir a esta realidade de forma passiva.

Uma crise com estes contornos e esta dimensão precisa que nos empenhemos em mais Europa e em melhor Europa.

Mais Europa na regulação mundial das finanças e da economia e melhor Europa nas políticas internas de relançamento económico e de criação de emprego.

Esta é por isso, a prioridade das prioridades no quadro da construção de uma Nova Europa Social, mais justa e mais equilibrada.

Temos de nos voltar para as pessoas e subordinar os interesses da alta finança e da economia, aos interesses políticos democráticos e aos interesses dos Povos.

O sistema financeiro precisa ser regulado e supervisionado, para que a economia real não seja intoxicada pelas bolhas especulativas, que conduzem à destruição das empresas e os dos empregos.

Precisamos pelo contrário de um sistema financeiro forte ao serviço da uma economia real que estimule sobretudo o crescimento sustentável e a criação de emprego.

É por isso urgente não só relançar a economia e o emprego, mas fazê-lo alterando o paradigma que nos conduziu até aqui.

Isso exige de nós três condições fundamentais:

1º- A vontade de o fazer.

2ª- O empenho em fazê-lo.

3ª- Mas também e sobretudo, conhecimento para o fazer.

A manifestação dessa vontade, o empenho nessa execução e a disponibilidade desse conhecimento, constituem provavelmente as respostas mais necessárias, neste tempo de grandes definições sobre o nosso futuro.

A economia será seguramente o tema central na Europa nos próximos anos. Uma nova economia, para uma Europa mais sustentável, mais justa e mais equilibrada. Saber encontrar estas respostas, é a exigência que enfrentamos todos e muito em particular, aqueles que estiverem nos centros de decisão europeus.

Mas, a Europa e o Mundo confrontam-se também hoje com problemas sérios noutros domínios. Problemas que necessitam igualmente de soluções, que não podem ser adiadas.

As graves alterações climáticas que se estão a observar, precisam prontamente de um nível mais elevado de respostas globais. Nós, como europeus, temos que estar na liderança desse combate.

Assim como temos que estar na primeira linha na nova economia que urge emergir na alteração do actual paradigma energético, sustentado nos combustíveis fósseis.

Enfrentamos também o sério desafio de equacionar a sustentabilidade do planeta, face à cada vez maior pressão sobre os seus recursos, num mundo que caminha para os 9 biliões de pessoas.

Precisamos de reduzir e controlar as ameaças à nossa segurança, como o terrorismo e o aumento da criminalidade.

Estes desafios, pela sua magnitude, são desafios que só podem ser vencidos em conjunto.

São desafios que precisam de uma Europa mais forte, orientada para a mudança, que correspondendo à esperança que do novo mundo sopra com a administração Obama, torne possível, como cantou o poeta, termos “um mundo novo a sério”.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores membros do Governo

As questões europeias são geralmente acompanhadas a nível nacional com pouco interesse pelos cidadãos. Não pode todavia, haver maior engano a esse respeito. Consideramos mesmo, que as questões Europeias são das mais determinantes para os níveis da nossa qualidade de vida e do nosso bem-estar futuro.

Não devemos à União Europeia, somente o seu contributo para a modernização e a prosperidade económica, maior estabilidade nos preços, a melhoria nas infra-estruturas; devemos-lhe também, como cidadãos, muito da nossa qualidade de

vida, da segurança dos nossos alimentos, da nossa liberdade de deslocação, de trabalho e de residência em todo o espaço europeu, o intercâmbio universitário, a modernização tecnológica e científica, entre tantos e tantos outros aspectos.

Nesse plano e a com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia terá novas responsabilidades em muitas áreas, como a justiça, a defesa e as relações externas, bem como serão alargados os poderes do Parlamento Europeu, em vários os planos. Na designação e controlo da Comissão Europeia, nas funções legislativas, nas competências orçamentais, na articulação com os parlamentos nacionais.

Se uma grande parte das decisões comunitárias já passava pelo PE, com a entrada em vigor do Tratado, quase todas passarão a ser objecto do seu tratamento. A nossa vida passará a depender ainda mais do que até agora das leis aprovadas no Parlamento Europeu, nas matérias relativas ao mercado interno e à concorrência, aos nossos direitos como consumidores, à segurança alimentar e dos medicamentos, ao ambiente e qualidade de vida, à água e ao saneamento, entre muitas e muitas outras.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores e Senhores Membros do Governo

O facto de estarmos integrados no espaço comunitário da União Europeia, tem-nos protegido, e contribuído para sentirmos menos os efeitos e consequências da actual crise.

Todavia, como Região da Europa com equilíbrios sensíveis, precisamos neste quadro de dificuldades generalizadas, de uma particular atenção por parte das Instituições Europeias.

Mas se precisamos de sentir essa presença atenta e forte da Europa nos Açores, precisamos igualmente que os Açores tenham uma presença forte na Europa. Isso passa sobretudo por uma participação empenhada dos açorianos na construção do processo Europeu.

Nós temos nesta parte da Europa questões absolutamente cruciais, no futuro próximo, para a qualidade das nossas vidas e o desenvolvimento da nossa Região.

Para construir uma melhor Europa aqui nos Açores, temos que na Política Agrícola Comum, dar o melhor tratamento à questão do desmantelamento das quotas leiteiras, que pelo seu impacto socioeconómico é da maior importância para os Açores. Somos contra a sua abolição. Devemos continuar a opor-nos a ela. Mas no quadro actual de desmantelamento, é necessário assegurar os meios para acelerar a competitividade e compensar a aplicação da Política Agrícola Comum na sua adequação às especificidades dos Açores.

Temos que continuar na Europa a defender para a nova PAC as bases de um modelo Agrícola, sustentável, que tenha em consideração a ocupação, o ordenamento e sustentabilidade das suas zonas rurais, que assegure aos trabalhadores e empresários agrícolas padrões de vida condicentes com os da restante sociedade europeia.

Um modelo que nos garanta também os elevados padrões da nossa segurança alimentar, de nosso respeito pelo ambiente e pelo bem-estar dos animais.

Para construir uma melhor Europa aqui nos Açores, temos de igual modo na Pesca, que proteger a fragilidade dos nossos ecossistemas e dos nossos recursos marinhos, que apesar da extensão das nossas águas territoriais, precisam de uma solução diferente da preconizada na actual Política Comum de Pescas. Uma solução que passe pela reintrodução dos mecanismos de acesso às zonas de pesca conferindo prioridade às frotas das respectivas Regiões. Só assim se poderá garantir a sustentabilidade futura dos nossos recursos marinhos e das nossas comunidades de piscatórias.

Para construir uma melhor Europa, é da maior importância também, a preparação do orçamento da União Europeia para o período pós 2013, onde na sua discussão preparatória devem ser tidas em consideração as necessidades específicas das Regiões Ultraperiféricas, para que o desenvolvimento das políticas que preconizarmos, tenham nele depois cabimento.

Neste âmbito, é de primeira importância a definição da Política de Coesão da União Europeia.

Para construir uma melhor Europa, há também matérias cuja adequação normativa por parte da União Europeia, não se ajusta aos Açores e cuja correcção dos seus efeitos se impõe. É o caso da introdução na aviação do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa-CO₂, que necessita de melhor enquadramento na sua aplicação aos Açores. O controlo das emissões de CO₂ é um instrumento

central do combate às alterações climáticas. Deve todavia na sua aplicação, considerar a compensação na penalização que introduz às acessibilidades em regiões cujo transporte aéreo é o único meio de acesso para as pessoas ao seu território.

Para sermos nos Açores uma melhor Europa, devemos considerar o alargamento no domínio das políticas e dos nossos programas específicos, a áreas que actualmente não estão contempladas, como as acessibilidades. O facto de não podermos beneficiar da eficiência das Redes Transeuropeias não nos deve afastar da partilhar o seu objectivo, de eficiência logística, como elemento essencial para a competitividade das nossas empresas e dos nossos territórios.

Precisamos de melhor mobilidade para termos uma melhor Europa nos Açores.

Para construirmos uma melhor Europa aqui nos Açores, devemos ter a uma perspectiva dinâmica das nossas questões europeias. Devemos empenhar-nos numa “Nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas”.

Para além de um conjunto de constrangimentos, que como vimos, devem encontrar acolhimento nas políticas europeias, temos também um conjunto de potencialidades nos Açores que nos conferem claras oportunidades de realizar o nosso progresso, dando um contributo importante à Europa em novos domínios e conferindo-lhe uma dimensão Atlântica valorizadora das suas regiões ultraperiféricas.

São exemplo disso as energias renováveis, domínio que como sabe, os Açores se encontram na vanguarda Europeia e onde podemos liderar o novo paradigma energético de produção de energias limpas. A União Europeia pode dar aqui também importante contributo, majorando o seu apoio, no quadro dos programas de Ciência e Tecnologia.

A construção de um cluster energético nos Açores neste domínio é não só essencial ao combate às alterações climáticas decorrente da utilização de combustíveis fósseis, como também é da maior importância para a disponibilização de energia mais barata, importante elemento de competitividade da nossa economia.

A investigação e desenvolvimento nesta área, seriam igualmente geradores de emprego, de tecnologia e de conhecimento, muito importantes num mundo que está a mudar exactamente para este paradigma com o impulso decisivo dado pela nova administração Obama.

As ciências do mar são outra das áreas em que o conhecimento nos confere absoluta centralidade. Os contributos que já damos internacionalmente e que cada vez mais serão solicitados, dada a natureza intensiva das necessidades, onde os oceanos se apresentam como ultima fronteira de recursos, dão também a este domínio igual sentido de prioridade na disponibilização de apoios nos programas de Ciência e Tecnologia comunitários.

Também na vulcanologia somos um imenso laboratório natural onde a investigação e a ciência encontram amplo campo de desenvolvimento.

No Conhecimento e na Ciência não há ultra periferia. Pelo contrário, é absoluta centralidade. Assumem portanto a maior importância todos os processos que fomentem a mobilidade numa Região afastada como a nossa.

Deste modo o ERASMOS deve tornar-se UNIVERSAL, para que os nossos estudantes possam, pelo seu talento, sem constrangimentos de natureza financeira, ter acesso a este programa fundamental de intercâmbio de conhecimento, com particular relevância na qualificação das novas gerações e no desempenho futuro do nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Estas são um conjunto de questões cruciais para o futuro dos Açores e para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos. Não podemos por isso alhear-nos delas. Pelo contrário, será do nosso empenhamento na construção Europeia, que resultará a afirmação destas matérias no seio da Comunidade.

É neste quadro de construção de uma Europa que leve ao quotidiano das pessoas os seus direitos à dignidade e à liberdade, à igualdade e à solidariedade, à cidadania e à justiça, que nos devemos empenhar.

A Europa, tem a sua fronteira Ocidental na Fajã Grande da ilha das Flores. Tem por isso de estar comprometida com as respostas adequadas às necessidades, aos

anseios e ao enorme potencial de desenvolvimento, de cada cidadão europeu que vive aqui nos Açores.

O nosso empenhamento deve ser, o de tudo fazer, para que assim aconteça.

Disse